

163.^a SESSÃO, EM 8 DE NOVEMBRO DE 1962

227

África do Sul tem duas Capitais: a Capital onde funciona o Poder Legislativo, temporariamente — e é preciso que consigamos que as instituições, neste País, cheguem a tal ponto de estruturação e de tranquilidade de seu funcionamento, que o Poder Legislativo possa funcionar temporariamente; pois bem na África do Sul, funciona, na cidade do Cabo, durante seis meses, o Poder Legislativo. A elaboração orçamentária, o debate político, tudo isso ocorre em período certo. Então, nesses seis meses, desce de Pretória, a Capital do Governo, desce de Petrória, da montanha, do recanto mais aprazível, o chamado trem da administração que, pitorescamente, se chama na África do Sul “o trem do Zôo”. É o circo, como se diz na crítica dos periodistas sul-africanos. Então o Poder Executivo entra em contato com o Legislativo e se procede à atividade legislativa, à elaboração orçamentária. No fundo dos nossos problemas, portanto, o que existe é a debilidade estrutural das instituições. Como é possível funcionar durante uma parte do tempo apenas um Poder Legislativo, que tem que ser como os gansos do Capitólio, clamando todo dia e toda hora contra os golpes, contra a pressão dos militares, contra a mobilização dos sindicatos, contra as crises preparadas pelo Sr. Presidente da República? É um país mergulhado nas piores aflições, aflições oriundas da incapacidade de governar, do despreparo dos homens públicos. Acima de tudo, Sr. Deputado, aquilo que temos que clamar, aquilo que temos que providenciar, que urgir, é que o Governo comece a governar, porque soluções existem em toda parte; precedentes os mais ilustres, os mais notórios, existentes em toda parte. O que não existe é vontade de governar, é a capacidade de governar. É o propósito aventureiro e caudilhesco de lançar o País numa crise, a fim de fruir o poder subalternamente, como se tem visto.

O SR. HERBERT LEVY — Agradeço a V. Exa., Deputado Adauto Lúcio Cardoso. Vou encerrar, Senhor Presidente. Aliás, quando V. Exa. me adverte que o meu tempo se esgotou, chego mesmo ao término das minhas considerações para, em consonância com os sentimentos de toda a Casa, pôsto em evidência através dos apertes com que me honraram vários eminentes colegas; penso que é do consenso unânime desta Casa e o é de toda a opinião consciente do País, que não é possível ignorar por mais tempo esse problema básico, que é o funcionamento da administração, as condições da capital. É preciso equacioná-lo. É preciso dar-lhe solução realística o quanto antes, com urgência, com prioridade, porque como vamos, vamos mal e pretender, repito, ignorar e fazer o papel do avestruz que cobre a cabeça diante do perigo. Somos por demais responsáveis e por demais conscientes para pretender imitar o avestruz. *(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado)*.

O SR. CASTRO COSTA *(Para explicação pessoal)* * — Sr. Presidente, ouvi com muito interesse a oração do ilustre Deputado Herbert Levy. Suas considerações em torno de Brasília são, sem dúvida, indesmentíveis. É que, na verdade, a operação Brasília não está concluída, e nem o será tão cedo, se medidas enérgicas não forem tomadas, não somente pelo Poder Executivo, senão também pelo Poder Legislativo.

Se concordo com essas premissas, devo dizer, no entanto, que não fora a alusão do ilustre parlamentar à ação do Senador Pedro Ludovico, em Goiás, dizendo-o, inclusive, detentor da chibata para ganhar eleições, não estaria aqui neste momento, para refutar suas palavras quanto a este tópico.

É verdade que Brasília é problema. É verdade que, de quando em

* Não foi revisto pelo orador.

vez, se agitam as opiniões a respeito da transferência do Governo para outro local, principalmente para o Rio de Janeiro, mas verdade também é que o Congresso Nacional o grande responsável, aquele que se empenhou duramente, no sentido de que fôsse abertas perspectivas novas para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, com a transferência da Capital para o Planalto Central.

Não podemos jamais pensar na reversão da Capital do Planalto Central e não o podemos porque, na verdade, o Congresso Nacional é que constitui o penhor de tudo aquilo que desejamos extrair de Brasília.

Por outro lado, sentimos, que, Brasília está sendo traída em todas as suas possibilidades. Aquilo que idealizamos em 1959 e em 1960 está sendo postergado, está sendo lançado de lado, porquanto não há nenhum interesse, por parte do Poder Executivo, em completar a transferência da Capital da República para esta cidade.

Sabemos perfeitamente que Brasília já poderia, a esta altura, já poderia, nesta data, estar com todos os órgãos governamentais instalados perfeitamente dentro de sua zona urbana. Mas isto não ocorre porque não há um plano, plano esse que deveria ser elaborado principalmente pelo Poder Executivo e depois referendado pelo Legislativo. Não há essa intenção e posso afirmar desta tribuna que órgãos existem que já poderiam estar instalados nesta Capital, como o Banco do Brasil, que possui, já em condições de entrega, várias dezenas de apartamentos, que, no entanto, não recebem acabamento final de pintura, porque não há interesse do Poder Executivo em fazer a transferência da Capital para aqui.

Irmos agora para o Rio de Janeiro, levamos novamente a Capital da República para o antigo Distrito Federal é obra completamente impossível, porque nem se-

quer poderíamos hoje ocupar uma cidade já erigida em Estado de Federação brasileira. Lá não mais poderemos ter acolhida. Se Brasília porventura não pudesse constituir-se na sede do Governo Federal, teríamos de procurar uma outra cidade ou construir nova, a fim de nos instalarmos.

Essa idéia de dualidade da Capital do País não pode jamais encontrar no espírito daqueles que pensam num Brasil melhor e crêem que, realmente, Brasília representa um ideal de integração nacional, em torno do qual todos nós juntamos nossas forças, em 1959 e 1960, para fazer com que o território nacional pudesse equitativamente receber os influxos de um progresso que todos desejamos.

A verdade é que Brasília está sendo traída. Que plano existe para conclusão das obras necessárias à completa transferência da Capital?

Qual o plano porventura a nós submetido ou por nós elaborado, para fazer com que Brasília se tornasse efetivamente a Capital da República, e não ficassemos dando esse exemplo de incapacidade ao povo, que importa nessa tergiversação no tocante ao manuseio da administração pública, a todo instante indo de Brasília ao Rio para procurar resolver problemas que teriam de ser solucionados, por uma questão de lógica, de raciocínio, exclusivamente dentro de uma cidade?

O Sr. Breno da Silveira — Permite-me. Apóio integralmente o discurso de Vossa Excelência. Brasília teve, no que diz respeito ao Congresso, uma espécie de azar, porque, criada a Comissão do Distrito Federal, aquela que deveria arcar com a responsabilidade da solução dos grandes problemas que afligem a nova capital, teve o início de suas atividades marcadas para a fase pré-eleitoral, justamente aquela em que nos encontramos empenhados em campa-

nhã. Encontram-se presentes o presidente e vários integrantes daquele órgão que, aproveitando a circunstância de nos encontrarmos com número, deveria, o quanto antes, votar o orçamento específico de Brasília para sanar as grandes lacunas que a atingem em todos os setores — no de assistência médica, no de estradas de rodagem, no relativo ao cinturão verde, enfim, tudo que é essencial a uma cidade. Infelizmente, não temos tido o ensejo de ver Brasília como uma realidade, justamente pela falta de apoio do Congresso Nacional, no tocante às obras essenciais. Se há culpa da parte do Executivo, devemos reconhecer, também, que, apesar de todos os apelos formulados, aquela Comissão não funcionou nos moldes que seriam desejados. Assim, quero dar minha solidariedade a Vossa Excelência, porque me alinho entre aqueles que defendem Brasília. Acho até irrisório que se pense ainda no retorno do Congresso para o Rio de Janeiro. Seria isso um crime de lesa-pátria. Congratulo-me, pois, com o discurso de V. Exa.

O SR. CASTRO COSTA — Muito obrigado a V. Exa.

A verdade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que essa hipótese, a meu ver, tão remota do retorno da Capital da República para o Rio inflama os espíritos. Não porque sejamos goianos ou porque desejemos, talvez, que a Capital continue no planalto central, mas, ao contrário disso, porque achamos que é exatamente do centro do território nacional que poderemos irradiar cultura, cultura que lá se projeta, de certo modo, e que há de conduzir-nos um dia a posições melhores no cenário político internacional, no cenário da economia das nações. Temos de deixar bem gravado que não podemos admitir, em hipótese alguma, este retorno, que constitui, mais do que um desmentido ao Congresso Nacional uma vergonha para todos nós, porque fomos nós que acatamos todas as idéias que se agitaram em torno de Brasília.

Acatamos essas idéias e muitas vezes as temos visto traídas; vemos em situação que jamais poderíamos imaginar. Por exemplo, relativamente às eleições no Distrito Federal, estas jamais poderiam ser realizadas com a transferência da Capital. Os pregoiros da placidez administrativa, os que não desejavam, de forma alguma, eleições, a constituição de sindicatos operários, de grêmios estudantis em Brasília, são exatamente aqueles que traem esses ideais que encampamos, entendendo que eleições, formação de sindicatos e de entidades estudantis iriam transtornar por completo a vida do centro administrativo do País. Não podemos admitir que tal ocorra, porque temos um compromisso com a Nação e amanhã não poderíamos encarar nosso povo, já tão descrente, que acha que não existe liderança nacional, que acha que estamos traído os sagrados direitos que lhe são outorgados. Não podemos, de forma alguma, fazer um movimento nesse sentido. Temos que levar avante e complementar a obra que iniciamos. Brasília precisa ser, efetivamente a Capital da República. Para isso, temos que tomar providências, temos que estudar seriamente as necessidades existentes para fazer com que a transferência se opere para o planalto central. Do contrário, jamais estaremos cumprindo nosso dever. É vergonhoso, mesmo, que os pregoiros de ontem da transferência da Capital estejam hoje, exatamente, pregando o seu retorno, pois não fora o Congresso Nacional e o ideal de Juscelino Kubitschek jamais se teria transformado em realidade. Fomos quase que exclusivamente nós que demos o nosso aval, o nosso penhor, que lutamos e que realizamos a transferência. E, justiça seja feita, o único poder da República que funciona na nova capital é o Legislativo. Quando se procura demoralizar o Congresso Nacional, imputando-lhe defeitos que na realidade não possui, como no que respeita a vencimentos, que se-

riam exorbitantes; quando alguém apela para a Mesa da Câmara, acentuando necessidade de uma reação muitas vezes não há compreensão. Mas, na realidade, precisamos procurar salvar o bom nome do Congresso Nacional, porque são quedas como essas, mudanças de rota, de atitude, que contribuem para a desmoralização do Parlamento. Ainda agora, nas eleições de 7 de outubro, verificamos que nem todos os que aspiravam à reeleição foram reconduzidos a esta e à outra Casa do Congresso. Por quê? Porque o povo não tem noção diversa a nosso respeito. Acha o povo que o Congresso Nacional é aquele Poder que está traindo as tradições republicanas brasileiras. Pensa o povo que os líderes não existem, que os líderes estão traindo os seus mandatos, que os líderes estão engolfados na satisfação de desejos pessoais, procrastinando por completo os interesses e os ideais do povo brasileiro.

O Sr. Arnaldo Cerdeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CASTRO COSTA — Perfeitamente.

O Sr. Arnaldo Cerdeira — Ouvi o nobre Deputado Breno da Silveira associar o que ocorre relativamente à instalação definitiva da Capital da República em Brasília, ao Congresso Nacional, à responsabilidade de uma Comissão Especial que constituímos e da qual faço parte. Quero, desde logo, declarar a V. Exa. e à Casa que essa Comissão se tem reunido. Compõe-se ela de homens esclarecidos que percebem e sentem o que se passa e têm, realmente, noção de responsabilidade. Afirma Vossa Excelência, nobre Deputado, em certo trecho de seu discurso, que somente um Poder funciona em Brasília, o Legislativo. Apesar da procedência dos seus argumentos, eu queria acrescentar outro Poder, como muito bem lembrou o nobre Deputado Adauto Cardoso, o Poder Judiciário, que, evidentemente, também, aqui se encontra permanentemente em Brasília, exercendo

plenamente as suas funções. Entretanto, Vossa Excelência não pode esquecer que a Capital em Brasília não pode continuar como está. Nada tenho contra Brasília. Sou, antes do mais, homem que se sente vinculado ao destino do Brasil, às suas necessidades. Não é possível continuarmos nesta situação econômico-financeira em que a desvalorização da moeda atingiu ao índice de 6% ao mês, sem plano de contenção em todos os setores. É preciso elaborar-se um plano, se ainda houver tempo, porque diz aqui o nobre Deputado Adauto Cardoso, já não adianta mais. A aceitar-se o argumento de Sua Excelência, seria o irremediável, o caos, o exemplo da história de outros povos, daqueles que soçobram pela incapacidade, pela incuria e pelas falhas de sua administração. É certo que não podemos deixar o povo brasileiro sem direção, com uma capital sem meios de acesso, que, como sabe Vossa Excelência, são as rodovias, por onde trafegam os ônibus e automóveis. Não é possível considerar apenas o avião como meio de acesso, à Novacap. Quando para aqui viemos, as passagens de avião custavam, apenas, Cr\$ 4.500,00. Hoje, o preço delas é Cr\$ 24.000,00. Se houvesse realmente, um plano da direção deste País, vontade real de associar a vida nacional à Capital da República, pelo menos as tarifas aéreas não seriam tão elevadas. Poderiam, até mesmo, ser subvencionadas. Um lavrador, um funcionário público, um advogado, qualquer parte enfim, que tenha algum negócio para tratar com o Poder Central da República, é obrigado a enfrentar preço tão elevado, para locomover-se de São Paulo ou do Rio de Janeiro, sem falar nos Estados do Nordeste, em aviões que não se sabe se chegarão ao destino. Tem Vossa Excelência razão: ou o Governo trata seriamente do problema de Brasília ou Brasília não subsistirá às crises econômicas e políticas que poderão ocorrer amanhã. Como Vossa Excelência já assistiu, nos períodos

mais agudos que aqui tivemos, não temos condições para enfrentá-las. Se cortarem os cabos telefônicos ou interferirem nas estações de rádio, não saberemos o que se passa no Brasil. Nas crises o Governo Central remove-se para a antiga Capital e lá faz todas as articulações de ordem política e administrativa. Na verdade, nessas condições, não é possível continuar, Sr. Deputado.

O Sr. Wilson Vargas — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CASTRO COSTA — Perfeitamente.

O Sr. Wilson Vargas — Sou, também, dos que somam crítica à maneira como foi construída Brasília, aos seus erros, às suas imperfeições, mas, também, dos que, lisamente, entendem que Brasília é irreversível. Qualquer outra solução neste momento seria absurda e antipatriótica. (*Muito bem*). O que é preciso é complementar, corrigir os erros, as omissões, as imperfeições, para dar a esta cidade maior vida comunitária, melhores condições para ser, realmente, a sede do Governo. Ainda há pouco estive no Palácio do Planalto, na Assessoria do Presidente, levantando alguns dados sobre a continuação da implantação de Brasília, e pude verificar que somente no mês de outubro foi autorizada a movimentação de verba no montante de mais de 9 bilhões de cruzeiros nesta Capital. Portanto o que se tem dito a respeito da posição do Presidente da República, o Senhor João Goulart, é mera e mesquinha intriga política. Sua Excelência, na realidade, está preocupado em tornar isto aqui habitável e eficiente como sede do Governo. Essa, a informação que queria dar a Vossa Excelência. Contestando ainda as palavras do Líder do PSP, Deputado Arnaldo Cerdeira, que se referiu às dificuldades e ao aumento do custo de transporte para a Capital da República, bastaria lembrar que somente com o transporte suburbano da Central do Brasil — um dos

serviços ainda subvencionados na Guanabara pelo Governo Federal — está gastando a União mais de 10 bilhões de cruzeiros, muito mais, portanto, do que se pode aplicar aqui, na Capital da República, para torná-la cada vez mais adequada às suas altas finalidades.

O SR. CASTRO COSTA — Agradeço os apartes dos ilustres Deputados Arnaldo Cerdeira e Wilson Vargas.

Dizia eu, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que, na verdade, o assunto do retorno da Capital da República em si só constitui um desespero para os espíritos que na realidade se comprometeram com a transferência da Capital. Se ontem o Senador Pedro Ludovico fez, no Senado da República, referência a essas idéias retornistas, foi naturalmente inflamado pelo patriotismo que o move — esse mesmo patriotismo que levou Sua Excelência a criar, em condições inóspitas e em tempo recuado na vida da República brasileira, a Cidade de Goiânia, que construída sob circunstâncias completamente desfavoráveis, constituiu por si mesma um chamamento da atenção do povo brasileiro para o interior do nosso território.

O Senador Pedro Ludovico não é homem que usa da chibata para ganhar eleições. Desde 1930, quando integrou o movimento da revolução daquele ano, ele pôde impor-se ao povo goiano e ao povo brasileiro como um líder de reais qualidades, um homem que soube colocar-se posição de desinteresse pessoal para analisar alguma coisa a bem da coletividade. Tem ele na sua vida política um atestado do que acabo de dizer. Nunca em tempo algum, perdeu eleição. Nunca, em tempo algum, o povo goiano deixou de referendar o seu nome para qualquer posto para o qual tenha sido candidato. Pedro Ludovico, ainda agora, pode-se dizer na antevéspera da conclusão de sua vida política, recebeu o

maior beneplácito que um homem público pode receber. Isso ocorreu exatamente quando, ao se aproximarem as eleições de 7 de outubro de 1962, aqueles elementos que sempre foram tradicionalmente adversários seus na política goiana, puderam encampar o seu nome e o recomendar aos sufrágios dos goianos. Digo-o porque foi o Senador Coimbra Bueno, Presidente da União Democrática Nacional em Goiás, que fez a campanha para a sua própria candidatura, recomendando também a candidatura do Senador Pedro Ludovico. Só isto constitui um desmentido, *data venia*, aquilo que aqui afirmou o Deputado Herbert Levy a respeito de Pedro Ludovico. É que Pedro Ludovico, de fato e de direito, já se impôs; está realizando uma obra que constitui apenas uma complementação daquilo que pôde fazer e fez em Goiás.

O Sr. Cunha Bueno — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CASTRO COSTA — Tenho prazer em ouvir V. Exa.

O Sr. Cunha Bueno — Desejo trazer, neste instante, o meu depoimento insuspeito sobre a atuação do Líder Pedro Ludovico no que diz respeito aos problemas do Planalto Central. Sabe Vossa Excelência, representante nesta Casa do Estado de Goiás, que me orgulho de haver trabalhado na construção da Cidade de Goiânia e posso mesmo afirmar que, se Brasília constituiu um ato de ousadia na vida política e administrativa do País, Goiânia, pelas suas características e pelo seu pequeno orçamento estadual de então, deu realmente um grande impulso à vida de Goiás. A esse tempo, por volta de 1938, pude observar o pulso forte do então interventor Pedro Ludovico que, com o mais absoluto respeito às normas administrativas, deu ao Brasil um exemplo extraordinário de capacidade, comandando as obras da nova Capital de Goiás, a cidade de Goiânia. Desejava também, nobre colega, aproveitar esta oportunidade para

repetir o que afirmei ontem dessa tribuna, ou seja, que considero ato impatriótico quaisquer movimentos relativos ao retorno da sede do Governo para o Rio de Janeiro. Brasília, quer queiram quer não, é hoje a Capital da República e se ela não pode ainda oferecer ao País a tranqüilidade e a segurança necessárias, isto se deve à interrupção do plano que visava completar a obra iniciada no Governo Juscelino Kubitschek. Se todas as capitais, inclusive São Paulo e Rio de Janeiro — os dois maiores centros urbanos do País — estão a exigir a cada instante a colaboração da União. Brasília, evidentemente, só se poderá consolidar no momento em que o Governo Federal liberar as verbas indispensáveis à sua complementação. Desejo felicitar Vossa Excelência pelas oportunas palavras que acaba de proferir. Vossa Excelência sem dúvida, como toda a bancada golana, tem-se revelado nesta Casa não um defensor da cidade de Brasília mas, sim, da idéia de centralizar no planalto goiano o corpo político e nervoso da Nação a fim de que esta região possa ter o desenvolvimento que todos esperamos e desejamos.

O SR. CASTRO COSTA — Grato a V. Exa.

O Sr. Herbert Levy — Nobre colega, Vossa Excelência me conhece suficientemente nesta Casa para saber do respeito que devoto não apenas aos meus colegas, sem exceção, como também às idéias que defendem. Na minha já longa vida de homem público, habituei-me a acatar todas as idéias, mesmo aquelas mais divergentes das que eu porventura comungue. Acho, entretanto, que deve ser apanágio de um homem público — e Vossa Excelência está fazendo a defesa, que não desejo contestar, nobre Senador pelo meu Estado — defender idéias e não atacar pessoas, sobretudo pessoas que não conhece, em termos desairosos, como fez o Senador pelo seu Estado.

O SR. CASTRO COSTA — Agradeço a Vossa Excelência o aparte e devo dizer que não conheço na íntegra o discurso do Senador Pedro Ludovico; senão referências ligeiras que fez um jornal desta Capital. Devo dizer que, naturalmente, Sua Excelência não teria feito referências desairosas à pessoa do ilustre parlamentar, em que eu, pessoalmente, reconheço grandes qualidades de patriotismo a serviço da causa pública.

Ao concluir a minha oração, Senhor Presidente, devo apenas dizer que na verdade o problema de Brasília precisa ser debatido. Ainda não o temos resolvido e não podemos esperar que as perspectivas de despesas que se possam fazer com a efetivação da mudança da Capital venham chocar nosso espírito. Despesas muito maiores e muito mais fabulosas se realizam cotidianamente na vida administrativa da República. Vemos que verbas para obras muitas vezes reputadas menos necessárias que a efetivação da Capital são aplicadas diariamente pelo governo, e não há um plano de efetivação da mudança da Capital. Se, no Brasil, não tivermos a nossa casa, onde possamos trabalhar e não instalarmos os três Poderes da República, que mais poderemos esperar? Não teremos capacidade para um trabalho profícuo, para a solução de tantos problemas econômicos e sociais.

O Sr. Expedito Machado — Nobre colega, intervenho na sua brilhante oração exatamente na parte em que Vossa Excelência informa à Câmara e à Nação que o Poder Executivo não tem plano para a transferência definitiva da Capital para Brasília. Vossa Excelência, *data venia*, labora num equívoco: o Governo tem plano. O que fez foi estabelecer um plano que não pode ser executado, precisamente para não transferir a Capital.

O SR. CASTRO COSTA — Então não tem plano exequível.

O Sr. Expedito Machado — Concordo. Se se der ao trabalho de examinar os elementos que o Governo está constituindo para transferir a Capital, Vossa Excelência se convencerá de que ao Poder Executivo não interessa, de maneira alguma, promover sua transferência definitiva para Brasília. Esta, a triste realidade.

O SR. CASTRO COSTA — Agradeço a Vossa Excelência e acredito que, inegavelmente, esta é a situação. O Poder Executivo não tem o mínimo interesse na mudança e por isso apresentou um plano inexecutável. Precisamos congregamos todas as nossas energias, todas as nossas forças, no sentido de entregarmos ao povo brasileiro o que lhe prometemos há dois ou três anos: a Capital da República integrada em si mesma, servindo de exemplo aos Estados e municípios, ou seja, uma cidade com forças políticas própria em que possamos residir, dando exemplo a toda a Nação.

O Sr. Expedito Machado — Nobre colega, realmente há necessidade de saber se o Poder Executivo quer, na verdade, transferir-se para Brasília. Penso que falo com muita autoridade. Dentre os poucos representantes do povo brasileiro na Câmara ou no Senado, eu me transferei para Brasília, com toda minha família, no dia 15 de dezembro de 1960, e aqui permaneço. Mas, se providência efetiva não for tomada pelo Poder Executivo, não vejo outra solução senão o regresso da Câmara para o Rio de Janeiro.

O SR. CASTRO COSTA — Isso absolutamente não. Seria a negação do Congresso Nacional, seria a traição do Congresso Nacional aos compromissos assumidos para a transferência da Capital da República.

Concluindo, Senhor Presidente, desejo exortar os Deputados e os Senadores a que congreguem suas energias, para dar exemplo ao povo brasileiro, transferindo a Capital da República que, uma vez fi-

xada no Planalto Central, servirá de estímulo a tôdas as atividades benéficas e ao desenvolvimento econômico e social do País. (*Muito bem. Muito bem.*)

O SR. CUNHA BUENO (*Para uma comunicação*) * — Sr. Presidente, o Sindicato da Indústria de Construção e Montagem de Veículos do Estado de São Paulo endereçou ao Senhor Presidente da República telegrama no sentido de que fosse impedida a importação de ônibus elétricos para servir a uma cidade paulista.

Entendo, Sr. Presidente, que nesta altura, em que a indústria nacional já se consolidou definitivamente neste setor tão importante para a nossa emancipação econômica, não deve mesmo o Governo da República criar facilidade para a importação de produtos manufaturados que aqui já tenham similares.

No que respeita a ônibus, desejávamos lembrar a recente exportação de 550 unidades para a República da Argentina, objetivando a ampliação, e modernização do sistema de transportes coletivos de Buenos Aires.

Ora, Senhor Presidente, se a indústria nacional, neste setor, já iniciou auspiciosamente a exportação de seus produtos até para cidades da maior densidade populacional e importância da América Latina não se justificaria agora prestigiar o Governo da República esta solicitação extemporânea.

Aliás, Senhor Presidente, ninguém desconhece nesta Casa os esforços que vêm sendo despendidos pelas autoridades monetárias do País, inclusive o Banco do Brasil, no sentido da criação das condições indispensáveis ao fluxo da exportação de produtos manufaturados. Somente através deste tipo de exportação poderemos alcançar o equilíbrio da nossa balança comercial, tão desejado e tão procurado há tantos anos e em tantos Governos.

* Não foi revisto pelo orador.

Portanto, fazendo aqui o registro deste protesto, desejo felicitar o Sindicato da Indústria de Construção e Montagem de Veículos do Estado de São Paulo, pela sua atitude, trazendo, ao mesmo tempo, o meu apêlo ao Senhor Presidente da República no sentido de que evite esta importação, absolutamente dispensável e que viria comprometer e desestimular aqueles que no País vêm lutando há tantos anos para que o Brasil alcance e vença a barreira da motorização, fabricando dentro das nossas fronteiras, com matéria-prima e mão de obra nacional, os veículos automotores indispensáveis ao nosso transporte e ao desenvolvimento do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. (*Muito bem.*)

O SR. ARNALDO CERDEIRA (*Para uma comunicação*) * — Senhor Presidente, aproveitando o ensejo da comunicação do nobre Deputado Cunha Bueno, quero também fazer ao Senhor Presidente da República um apêlo que se choca com o pedido e a informação do ilustre colega.

Como participante do Governo de São Paulo, certa ocasião, tive oportunidade de estudar bem o assunto dos transportes, sobretudo de trolley-bus, de ônibus elétricos, e as leis que protegem as incipientes indústrias desta natureza. É um crime que se pratica contra a economia popular e contra a Nação, crime que se agrava dia a dia, pela sua repercussão e intensidade. Impede-se a solução do problema dos transportes coletivos.

Os veículos deficitários da C. M. T. C. ainda usam óleo ou gasolina. Só dão realmente "superavit" aqueles de tração elétrica.

Os veículos de tração elétrica da indústria nacional, além de vendidos a preços superiores, em alguns casos, duas vezes aos importados não são produzidos em número que possa satisfazer à demanda das grandes cidades brasileiras. Por-

* Não foi revisto pelo orador.